

Transferência de Renda e Segurança Alimentar: O Combate à Fome como Caminho para Erradicação da Pobreza

Discurso do Ministro Patrus Ananias no Seminário Internacional "Transferência Condicionada de Renda e Segurança Alimentar", organizado pela FAO e pelo PNUD. Santiago do Chile, 4 de dezembro de 2006.

É uma imensa satisfação poder compartilhar a estratégia que o Governo Brasileiro vem adotando no enfrentamento dos problemas da pobreza, da desigualdade e da exclusão social em nosso país. Satisfação redobrada pelos sólidos laços de cooperação estabelecidos nessa direção entre o Brasil, a FAO e o PNUD. Neste evento, o intercâmbio de experiências é mais uma excelente oportunidade de aprendermos e podermos oferecer ajuda mútua rumo ao objetivo de um mundo mais digno, humano e igualitário.

O tema desse seminário é muito apropriado ao reunir os temas de transferência de renda e segurança alimentar. Frequentemente, as políticas públicas são vistas de forma fragmentada, como se as necessidades humanas pudessem ser separadas. Essa visão leva ao risco de perdemos de vista que o nosso objetivo é a emancipação das pessoas, para que sejam capazes de exercerem seus dons e potenciais em toda plenitude, como argumenta o prêmio Nobel de Economia Amartya Sen.

Sabemos que só conseguiremos erradicar a pobreza se trabalharmos numa perspectiva integrada que aborda suas múltiplas dimensões, desde o direito humano essencial à alimentação até a educação, a consciência crítica e a inserção

produtiva. Defendemos, para tanto, um novo modelo de desenvolvimento integral, baseado na refundação de um Estado do Bem Estar Social. Um modelo de desenvolvimento que é liderado pela inclusão.

Num país com um grande número de pobres como o Brasil, os desafios da inclusão social são enormes. No entanto, tenho a satisfação de ressaltar que estamos obtendo grandes avanços para a redução das desigualdades e para a melhoria dos indicadores sociais no nosso país. Ano a ano, estamos conseguindo melhorar as condições de vida de um grande número de pessoas, retirando-os da condição da miséria. Estudos mostram que desde 2003, mais de 9 milhões de pessoas conseguiram superar a condição da miséria.

A criação de condições para garantir o pleno acesso à alimentação e promover a inclusão dos mais pobres são desafios éticos, morais e políticos colocados à nossa geração e que vêm sendo conquistados no governo do Presidente Lula. São essas as bases do nosso projeto nacional. Nesse contexto, em primeiro lugar entendemos a plena implementação de políticas sociais como a superação do assistencialismo em nosso país. Sabemos que mobilizações pontuais ou programas isolados não são suficientes. É preciso garantir que o desenvolvimento social seja tratado com o merecido status de política pública, normatizada, institucionalizada, avaliada e submetida ao controle social.

Em segundo lugar, concebemos a importância da intersectorialidade e da transversalidade como marca característica dos esforços de superação da pobreza. Por isso o

presidente Lula lançou o Fome Zero, uma estratégia de governo que articula políticas voltadas para garantir o direito à vida partindo do primeiro degrau constitutivo da dignidade humana, o direito à alimentação, priorizando a população carente. O Fome Zero integra programas, projetos e ações de 11 ministérios.

No espírito do Fome Zero, uma característica central da gestão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), desde o momento de sua criação, é precisamente essa concepção de implementação transversal de políticas públicas. Nosso objetivo é a construção de uma grande rede de proteção e promoção social, a partir da articulação das áreas de assistência social, segurança alimentar e nutricional e transferência de renda. Dessa forma, a atuação do MDS é um exercício da construção desse novo Estado do Bem Estar Social, voltado para o desenvolvimento integral de nosso país e de nossas pessoas.

Como é do conhecimento de todos, o elemento coesionador do Fome Zero e de nossa estratégia de desenvolvimento social é o Programa Bolsa Família. O Bolsa Família atende hoje a cerca de 42 milhões de pessoas pobres, concedendo uma renda básica a 11,1 milhões famílias pobres. O programa, presente em todos os municípios brasileiros, consiste na transferência de recursos monetários a famílias em situação de pobreza que, para recebê-los, devem cumprir condições relacionadas ao exercício da cidadania no campo da educação e saúde.

O Bolsa Família procura enfrentar o problema da pobreza em dois momentos. No curto prazo, o programa oferece alívio aos problemas imediatos e urgentes da pobreza, como a fome e a desintegração do ambiente familiar. Somado a isso, o Bolsa Família combate a transferência intergeracional da pobreza, induzindo a melhoria do status educacional e da saúde de seus beneficiários por meio das condicionalidades, promovendo assim melhores oportunidades de qualificação e conseqüente inserção futura no mercado de trabalho.

No processo de consolidação do Programa Bolsa Família, a avaliação vem sendo uma importante ferramenta para demonstrar os impactos do programa, além de promover a conquista de apoios e parceiros ao nosso projeto. Estruturamos área específica para avaliação e monitoramento em nosso ministério, atuando diretamente ou em parceria com instituições independentes.

Os impactos são enormes. Pesquisa de avaliação do Bolsa Família, realizada ano passado pela Universidade Federal Fluminense, indica que 94% das crianças em famílias beneficiárias do programa têm conseguindo fazer três refeições por dia. No semi-árido, uma chamada nutricional revelou que a participação no Bolsa Família reduz o risco de desnutrição crônica em mais de 60% entre crianças de 6 a 11 meses. Isto é fundamental, pois sabemos que o que ocorre no primeiro ano de vida das crianças afeta o desenvolvimento pelo resto de suas vidas. Pesquisas mostram ainda que o programa, ao ter as mulheres como beneficiárias preferenciais, vem contribuindo

para sua emancipação, tornando-as independentes, ativas e engajadas em suas famílias e comunidades.

No entanto, temos a consciência que o grande impacto do Bolsa Família muito deve ao fato de que ele está integrado aos demais programas do Fome Zero, nessa perspectiva de construção da rede de proteção e promoção social. Sabemos que a transferência de renda, a assistência social e a segurança alimentar devem ser abordados de forma conjunta para que possamos atingir nosso objetivo de emancipação dos mais pobres em nosso país.

Na área de segurança alimentar, estamos conseguindo avanços inéditos de articulação e integração. Recentemente, o presidente Lula sancionou a lei que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), exemplo do caráter inovador do governo do presidente Lula neste setor ao coordenar três níveis de governo e sociedade civil, numa perspectiva republicana.

Entendemos a agricultura familiar como base de uma sociedade democrática e estável e como instrumento para a segurança alimentar. Além de financiarmos operações de pequenos agricultores, desenvolvemos o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, que compra alimentos de pequenos produtores para formação de estoque estratégico, composição de cestas alimentares e distribuição de leite para crianças, gestantes e idosos de famílias carentes. Numa ponta, o programa estimula a produção local e incentiva a fixação da família no campo. Noutra, é instrumento de promoção de segurança alimentar e nutricional entre famílias carentes.

Outro aspecto importante do desenho dessa rede articulada de proteção e promoção social é o Sistema Único de Assistência Social, também estruturado de modo a para articular União, estados, municípios e sociedade civil. No âmbito do SUAS, poderíamos destacar as Casas das Famílias, do Programa de Atenção Integral às Famílias, como importante instrumento integrador de nossas políticas. As Casas das Famílias são unidades de referência que oferecem acompanhamento e orientação às famílias, identificando as demandas de cada localidade e articulando as possíveis soluções. Hoje, as cerca de 2.300 unidades implantadas desempenham um papel decisivo e estratégico na implementação de políticas de capacitação e de geração de trabalho e renda, orientando a reinserção delas numa perspectiva emancipadora.

O próprio sucesso do Bolsa Família vem sendo um instrumento para criação de consenso à respeito da importância das ações para a superação da permanente da pobreza. Nosso desafio, portanto, é continuar a integração do programa com os demais aspectos do Fome Zero, que visa à emancipação, à inclusão produtiva e à plena realização das capacidades de nossos cidadãos para o desenvolvimento.

No momento atual, em que já atingimos a meta de inclusão da quase totalidade dos pobres em nosso país no Programa Bolsa Família, temos bases sólidas para darmos passos decisivos na direção da inclusão social e da autonomia das famílias. Ao mesmo tempo em que as famílias beneficiárias do programa estão se alimentando de forma mais adequada, as

economias locais estão sendo dinamizadas com a integração de famílias que antes eram excluídas do mercado interno e que passaram a participar do processo econômico, estimulando o desenvolvimento local e regional. Esse dinheiro circula nas pequenas economias, gerando empregos, abrindo novos horizontes e criando terreno fértil para nossos esforços de expansão de políticas de geração de trabalho e renda, apoio ao microcrédito, incentivo ao cooperativismo, políticas de desenvolvimento local e regional.

Como disse o escritor existencialista suíço Max Frisch, “quem tem fome não tem escolha. Seu espírito não vem de onde ele gostaria, mas da fome.” Portanto, entendo a garantia do direito à alimentação como ponto de partida para a liberação do espírito para buscar os caminhos de uma vida plena e feliz. Com o Fome Zero, queremos ver famílias realizadas, prontas a realizarem as aspirações mais nobres e engrandecedoras de que nós humanos somos capazes.

Muito obrigado a todos.